

Prefeito vai tombar área de preservação ambiental

Objetivo é evitar obras e empreendimentos no polígono da Apa enquanto a implantação segue em discussão no poder público

■ Márcio Reinheimer
marcio@jornalibia.com.br

Enquanto não fica definida a implantação da Área de Preservação Ambiental São João do Montenegro, os 250 hectares de terras que deverão formá-la serão tombados como patrimônio histórico e natural. O objetivo é manter este espaço do jeito que está, sem danos ou ocupações que possam comprometer a segurança da população.

A informação foi divulgada ontem pelos técnicos da Secretaria Municipal de Meio Ambiente durante uma reunião na Câmara de Vereadores. Em pauta, justamente a demora do poder público em concluir os debates e partir para a parte prática da instalação.

No encontro, também foi discutida a situação do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (Comdema), cujas atividades estão paralisadas há quase um

seus membros. A ação foi motivada pela constatação de que as portarias de nomeação estavam vencidas desde julho. Além disso, alguns integravam o órgão por muito mais tempo do que a legislação permite.

Segundo a Smam, uma nova composição está sendo nomeada e as reuniões poderão ser retomadas já no mês de janeiro. “No momento, o prefeito Aldana está pedindo que as entidades indiquem novos nomes para o Comdema e, mais tarde, também deve enviar um projeto à Câmara incluindo mais algumas instituições na formação”, explicou o secretário Carlos Alberto da Silveira Filho.

Sobre o decreto de tombamento, o técnico ambiental Magnus Engel e a bióloga Gisele Ramos explicam que se trata de uma garantia de que o polígono formado pelos morros São João, da Pedreira, dos Fagundes, a área de drenagem do Rio

Enquanto isso, a Prefeitura ganha tempo para rediscutir o projeto da Apa e fazer um esboço do Plano de Manejo. Trata-se do regimento sobre o que será possível licenciar nestes locais.

Integrantes afastados do Comdema e alguns vereadores, porém, questionaram se o correto não seria, primeiro, estabelecer a Apa em lei para, só depois, elaborar o Plano e decidir sobre os usos a serem permitidos. Gisele explica que a definição prévia facilitará a compreensão, junto à comunidade, da importância da Apa, afastando receios que, até aqui, tem condenado a proposta às gavetas.

“Fazendo o Plano de Manejo e encaminhando este material junto com o projeto de implantação da Apa, não estaremos pedindo dos vereadores que assinem um cheque em branco”, resumiu o secretário Carlos Alberto. Antes disso, será promovida uma nova audiência pública



SECRETÁRIO Carlos Alberto da Silveira Junior



RAFAEL Altenhoffen cobrou CPI sobre a destituição

Perdendo verbas Licenciamentos suspensos

Embora frustrado pela demora na implantação da Apa, o biólogo Eduardo Alves, autor do projeto, elogiou a decisão do prefeito Luiz Américo Aldana pelo tombamento da área. Por outro lado, lembra que a inexistência da área de conservação

A destituição dos integrantes do Comdema provocou um efeito colateral que atinge, de forma direta ou indireta, toda a comunidade. Desde que o conselho está inoperante, a Secretaria

explica que, em média, são emitidas em torno de 30 licenças mensais.

O secretário Carlos Alberto da Silveira Junior também fez questão de dizer que o Município sempre comprometido

recursos.

Cada vez que uma empresa implanta ou amplia um negócio e gera impacto ambiental, parte do valor investido é destinado a ações de cunho preservacionista. “Se a Apa já estivesse em operação, poderíamos estar captando esse dinheiro”, ressaltou.

O cliente suspendeu a emissão de licenças. Ou seja, nem uma árvore pode ter o seu corte autorizado por enquanto. Isto porque cabe ao órgão, em muitos casos, avaliar as decisões da Prefeitura. A bióloga Gisele Ramos

Apa. E que as acusações apresentadas por integrantes do grupo já estão sendo investigadas pelo Ministério Público. “É a Justiça que decidirá quem está certo e quem está errado nessa história”, concluiu.



GISELE Ramos, da Secretaria de Meio Ambiente



EDUARDO Alves é o autor do projeto que cria a Apa

O QUE É E COMO VAI FUNCIONAR A APA

Tamanho - A Apa São João do Montenegro será uma unidade de conservação de uso sustentável, com área de 250 hectares, definida pelos seguintes limites: ao Norte, pela Estrada Livino Joaquim da Silva; a Leste, pela Rua Coronel Apolinário de Moraes; a Oeste, pela Avenida Ernesto Popp; e, ao Sul, pelas ruas Torbjorn Weibull e Coronel Alvaro de Moraes. As delimitações incluem o Morro São João, o Morro da Pedreira, o Morro dos Fagundes, área de drenagem do Rio Cai (arroyo) e corredor ecológico.

queológico, paleontológico, ecológico e científico,

Regras de uso - O município estabelecerá o Plano de Manejo para os diferentes setores da Apa, visando garantir a adequada proteção ambiental e ordenar as atividades humanas, de forma a preservar, recuperar e disciplinar as características da Apa no contexto dos sistemas culturais, históricos, paisagísticos, hídricos, geológicos, arqueológicos e biológicos da área.

Preservação - No Plano de Manejo, deverão ser definidos os objetivos da criação da Unidade, entre os quais podem estar a conservação da biodiversidade, conservação dos recursos naturais, conservação de amostras de ecossistemas e regiões biogeográficas,

proteção de nascentes e mananciais, proteção de espécie(s) em extinção, manutenção da paisagem (beleza cênica), promoção de educação ambiental, de atividades turísticas em ambientes naturais, promoção da pesquisa científica, etc.

Gestão da Apa - A Apa deverá contar com um Conselho Gestor, composto por membros da Administração Direta, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA) e Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo (SMIC), Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (Comdema), Conselho do Plano Diretor e usuários da mesma. A gestão da Apa ficará a cargo do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente interinamente até a organização do Conselho Gestor.

Biólogo diz que “interesses” trancam criação

A reunião também teve momentos tensos, quando começou a discussão sobre a destituição dos integrantes do Comdema pela Administração Municipal. O ex-presidente Almir Ferreira da Silva e o biólogo Rafael Altenhoffen sugeriram que pode haver interesses econômicos por trás da demora na implantação da Apa e na mudança do Conselho.

Rafael usou várias vezes a palavra “golpe” ao se re-

ferir ao episódio, deflagrado dia 27 de novembro, com o recolhimento de todos os processos que estavam em poder do órgão. Segundo Almir, as portarias de nomeação estavam vencidas, mas havia uma discussão interna sobre a troca de componentes e a necessidade de adequar a legislação no que diz respeito as suas atribuições. “Em outra oportunidade, ficamos dez meses sem portaria e seguimos trabalhando”,

revelou, dizendo que foi tratado como um criminoso.

Altenhoffen disse que a destituição de um conselho é algo muito sério e que, em maio, a Câmara cassou o mandato de um prefeito porque ele agiu em desacordo com orientações do Conselho de Trânsito no instalação de uma ciclovia. “Agora, a Câmara não vai, pelo menos, abrir uma CPI para investigar este fato?”, questionou, sem obter resposta.